

DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NO BRASIL E OS MECANISMOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

Aluna: Maria J. de Negreiros
Orientadora: Márcia Nina Bernardes

Introdução

Essa pesquisa buscará analisar os temas relacionados à questão de gênero no Brasil e os mecanismos internacionais de proteção aos Direitos Humanos. Ela se dividirá em duas grandes fases: o seu primeiro momento, que se refere ao primeiro ano de pesquisa e será conteúdo do presente relatório, consiste na discussão epistemológica sobre gênero e desigualdade, em que tivemos o estudo histórico do movimento feminista, a apresentação das principais escolas feministas, a discussão sobre a categoria gênero e uma grande série de debates sobre diversos textos das principais autoras que tratam do tema. A segunda etapa tratará mais especificadamente sobre o tema que dá o nome à pesquisa e será iniciada no segundo semestre desse ano. Nesse segundo momento, serão abordadas questões político-jurídicas relacionadas às implicações do direito internacional dos Direitos Humanos para o movimento de mulheres no Brasil.

Objetivos

Abordar as questões de gênero no Brasil, tendo como plano de fundo o processo de democratização no país, bem como de dinâmicas que se tornaram possíveis graças às mudanças ocorridas no Direito Internacional e a consolidação do regime internacional dos Direitos Humanos, que propiciaram um novo caminho para garantia dos direitos das mulheres no Brasil e a emergência de uma verdadeira sociedade civil transnacional.

Metodologia

A metodologia da pesquisa consiste na indicação prévia de textos pela professora orientadora para a leitura, seguida de discussões sobre o conteúdo e posterior fichamento os textos.

Conclusões

O feminismo, entendido como o movimento que luta pelo fim do patriarcalismo, teve diversas fases ao longo da história, que se distinguem pelos ideais e metas que as feministas objetivavam alcançar. Essas fases sucessivas são chamadas de “ondas feministas”.

A primeira “onda feminista” refere-se ao período do feminismo que ocorreu durante o século XIX até o início do século XX na Inglaterra e nos Estados Unidos. Impulsionada pelo movimento das Suffragettes e pela participação no mercado de trabalho, essa fase do feminismo focou primariamente na conquista do sufrágio feminino.

A chamada “segunda onda feminista” refere-se a um período de atividade que se inicia em meados dos anos 60 e se estende até o final dos anos 80, principalmente nos Estados Unidos e na França. É a partir desse momento que podemos falar no surgimento

de um verdadeiro movimento feminista organizado, em que serão debatidas as principais questões relativas ao feminismo.

Essa segunda fase, também chamada de “Novo Feminismo”, surgiu em um contexto pós-guerra, em que novas idéias questionavam os pressupostos da ordem anterior, como o pós-estruturalismo. O pós-estruturalismo, através de uma prática de desconstrução, criticava a idéia de sujeito universal e rejeitava as noções de identidade típicas do essencialismo.

Foi justamente nesse contexto que a categoria gênero foi criada, como tributária das lutas do feminismo e do movimento de mulheres. Ao utilizar a categoria gênero, passava-se a analisar a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituem em meio às relações de poder em sociedade.

Nesse momento, buscava-se descrever a opressão sofrida pela mulher em sociedade e revelar os mecanismos psicológicos dessa marginalização, objetivando criar estratégias capazes de proporcionar às mulheres uma liberação integral, que incluísse o corpo e desejos.

Porém, essa perspectiva começou a ser desafiada, quando as reivindicações da época começaram a ser feitas em nome das “mulheres” contra um ideal masculino que não as representava. Assim, era como “mulher” que elas reafirmavam uma identidade.

Durante esse período, mundialmente começou-se um processo pela valorização da diferença e pelo reconhecimento das especificidades dos indivíduos. Em 1979, foi criada a Convenção Contra Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), que será um dos principais objetos de estudo do próximo ciclo da pesquisa.

A partir daí, inaugurava-se o grande debate do feminismo: o debate entre “igualitaristas” e “diferencialistas”.

As igualitaristas viam a diferença de gênero com um instrumento de dominação masculina. Para elas, portanto, o caminho para eliminar a discriminação da mulher estaria na minimização das diferenças de gênero e na igual participação e distribuição de recursos. Já as diferencialistas acusavam as igualitaristas de buscarem uma assimilação com o modelo masculino. A solução para a opressão da mulher estaria no reconhecimento das diferenças e na valorização da feminilidade.

As diferentes escolas feministas, que se diferenciam pelo o que entendem como origem e solução para a discriminação de gênero, se situam em meio a esse debate. São algumas delas: o feminismo liberal, radical, socialista e relacional.

No final da década de 80 e início dos anos 90, a segunda onda feminista sofrerá críticas severas com o surgimento da “terceira onda feminista”. Tendo como centro o pensamento pós-estruturalista, que não só criticava a universalidade do sujeito masculino, mas também à essencialização do sujeito mulher, as feministas lutavam por uma “diferença dentro da diferença”.

Segundo elas, não havia só uma mulher, mas diversos tipos de mulheres e suprimir as múltiplas diferenças dentro da categoria seria uma forma de fortalecer as hierarquias sociais, ignorando as intersecções culturais, sociais e políticas. Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras e orientais também deveriam ser representadas pelo discurso feministas.

Terminada a análise histórica, ainda outros temas relacionados às obras das principais autoras estudadas também foram objeto de debate. A falsa oposição entre igualdade e diferença e distribuição e reconhecimento levantado na obra de Nancy Fraser e sobre identidade, sexo e gênero presente na obra de Judith Butler constituíram também o cerne de grandes e interessantes discussões nessa primeira fase da pesquisa.